

A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR NO CEARÁ: CONTEXTOS E ACONTECIMENTOS

Por Harlon Romariz¹

Estes apontamentos foram elaborados a partir das referências ao final citadas, tal construção tentou ser feita de forma integrada e dialógica entre as referências. A ordem de apresentação dos fatos tenta corresponder a ordem cronológica dos acontecimentos e ações em torno da Confederação do Equador, sobretudo sobre o que se deu no Ceará.

1 CONTEXTO NACIONAL E REGIONAL

Os movimentos de independência do Brasil em relação a seu país colonizador, Portugal, foram marcados desde o início por uma diversidade de posições sobre como deveria ser elaborado esse processo de separação. Diferentemente de muitas outras colônias, o Brasil, ao se tornar independente, não virou uma República ou Federação, mas um Império, regido por um nobre que era português de origem e Príncipe por direito ao trono Português.

Duas posições políticas se sobressaíram no movimento de independência. Uma posição mais liberal e republicana, sendo informada pelos acontecimentos e construções intelectuais europeias; e uma outra posição mais conservadora, nacionalista e com influência portuguesa. Faoro (1994) ao se perguntar se existe um pensamento político brasileiro, faz uma análise que passa por esse período de independência, localizando esses dois grupos ou linhas de pensamento político brasileiro que iam se delineando (BRANDÃO, 2005).

O processo de independência ocorreu e Dom Pedro I, numa tentativa de conciliar os interesses políticos liberais já em movimento, concorda com a criação de uma Assembleia Constituinte que teria a responsabilidade de criar a primeira constituição brasileira. A Assembleia Geral Legislativa e Constituinte se institui em 3 de maio de 1823, com representantes de várias províncias, e começa a ganhar força, no seio desse grupo parlamentar, um conjunto de ideias republicanas e liberais que tentaram impor, entre outras medidas, limites ao poder do Imperador.

Dom Pedro I, ao sentir seu poder ameaçado e na tentativa de manter um governo centralizador para todo o território, emite um decreto imperial em 12 de novembro de 1823

¹ Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Texto apresentado no dia 04 de dezembro de 2015 no curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará. Administrador do blog: <www.adobservare.com>, contato: <contato@adobservare.com>.

destituindo a Assembleia. Nesse dia, também conhecida como a “noite da agonia”, a Assembleia é totalmente desfeita e seis deputados, entre eles José Bonifácio, são deportados para a Europa. Em resposta a necessidade de uma constituição, Dom Pedro I forma um grupo de dez cidadãos (conservadores e de inclinação portuguesa) para elaborar a Constituição do Brasil, apresentada 25 de março de 1824 em sua forma final.

Dentre outras medidas de cunho centralizador e despota, a nova e primeira Constituição Brasileira acaba com as Juntas Governativas das Províncias e estabelece que tais províncias deveriam agora ser governadas por Presidentes escolhidos diretamente pelo Imperador. Tanto a dissolução da assembleia como a promulgação da nova Constituição acabam por irritar e confrontar forças e lideranças locais, sobretudo no norte e nordeste do Brasil, que temiam uma centralização de poder ou mesmo uma continuidade da influência portuguesa por meio da figura de Dom Pedro I e de seus antigos aliados.

Já havia no Nordeste uma tradição de pensamento liberal e republicano que se constituía aos poucos e que já se posicionara radicalmente a favor do processo de independência do Brasil em relação a Portugal. Essa linha de pensamento requeria que novas liberdades políticas e econômicas fossem incorporadas e a Assembleia Geral Constituinte refletia em parte a materialização dessa tentativa de distribuição do poder e de auspícios republicanos em formação, pós declaração de Independência em 7 de setembro de 1822. Esses ideais e posicionamentos locais foram frustrados pela dissolução da Assembleia Constituinte em novembro de 1823 e logo em seguida pela formulação centralizadora e autoritária da nova Constituição.

2 A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR E SEUS MOVIMENTOS

Essa disputa e posicionamento político e ideológico que já existia no Nordeste – e no Brasil, como um todo – ganha força, sobretudo em Pernambuco, com os jornais *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco* de Cipriano Barata, e o *Tífis Pernambucano* de Frei do Amor Divino Caneca – ambos de posição liberal-republicana. Tais personagens e veículos de comunicação ajudaram a preparar o ‘espírito’ das pessoas para a revolução, para a Confederação do Equador. No Ceará, o padre Gonçalo Ignacio de Albuquerque Mororó ou Padre Mororó, dirige a impressão do primeiro jornal cearense: *Diário do Governo do Ceará*, que se viabiliza graças a um tipógrafo doado por Pernambuco e que publica as ideias do movimento revolucionário que ganhava força rapidamente na região. Esse movimento, é

importante lembrar, estava ladeado pelo apoio de latifundiários nordestinos ligados à produção do açúcar e algodão e que queriam tanto se livrar das cobranças portuguesas como queriam influenciar politicamente na região. Essa aristocracia latifundiária estava concentrada no sertão, onde surgem, diferentemente do litoral, as primeiras movimentações rebeldes e militares em relação ao governo central.

Ainda em 9 de janeiro de 1824 a Câmara Municipal de Campo Maior de Quixeramobim declara “decaída a dinastia bragantina”. Icó, São Bernardo das Russas, Aracati e Crato fazem a adesão ao movimento rebelde no mês subsequente. Assume, em um governo provisório, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe e José Pereira Filgueiras como comandante das armas.

No dia 31 de março o Governo Provisório do Ceará envia um ofício ao Imperador Dom Pedro I, apresentando um desagravo a dissolução da Assembleia Constituinte:

SENHOR. – He indizível o desprazer universal, que cauzou nesta Província do Ceará a noticia infausta da dissolução da Assembléa Geral Constituinte e Legislativa da Nação Brasileira no fatal dia 12 de Novembro do anno passado no Rio de Janeiro. Cada cearense, Senhor, pensa ainda agora atacados os seus Direitos nas pessoas de seus Legitimos Representantes pelos movimentos d’aquelle dia, que entretanto ofuscou a Gloria do ingênuo Povo Brasileiro, que de melhor grado abraçará os massacres, e a morte, do que recahir no antigo e abominável jugo. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, 2004, p. 13, *ipsis litteris*).

Essa movimentação rebelde no Ceará, como em outros estados nordestinos, estava sendo liderada por Pernambuco, que era a província mais influente política e economicamente da região.

Em fevereiro de 1824 o Imperador havia nomeado Francisco Paes Barreto para presidir a província do Pernambuco, dando assim um sinal de seu poder e preferência por alguém de sua confiança. Dom Pedro I, bem como seus aliados conservadores já sabiam das movimentações políticas e das ideias liberais que aqui ganhavam força e do sentimento de desgosto pela dissolução da Assembleia Geral. Diversas câmaras municipais – com destaque para as Câmaras de Recife e Olinda – apelam ao Imperador para que aceite o escolhido Manuel Paes de Andrade como presidente da província do Pernambuco. Entretanto, Dom Pedro I recusa os pedidos das câmaras e mantém a nomeação de Barreto. Para garantir a posse de Barreto, O Imperador envia, nos finais de março, o capitão-de-mar-e-guerra John Taylor. O militar britânico liderou forças navais que bloquearam o porto de Recife. Paes de Andrade é preso, mas os liberais se recusam a empossar Barreto. Os Liberais do Pernambuco rejeitam a nomeação feita por Dom Pedro I. O Imperador, na tentativa de apaziguar o conflito, envia José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, um liberal mineiro, para assumir o governo da Província. Os liberais

mais uma vez rejeitam a posição Real e Mayrink volta para o Rio de Janeiro. A Câmara de Olinda, num ato simbólico se recusa a jurar a nova Constituição e uma revolta se instala, John Taylor volta ao Rio por motivos outros e Paes de Andrade é solto e reconduzido ao poder. No dia 2 de julho Paes de Andrade rompe totalmente com o governo central e proclama a Independência do Pernambuco e no dia 3 de julho convoca outras províncias a formarem a Confederação do Equador.

Esse processo de rebeldia que acontecia em Pernambuco também estava acontecendo em outras províncias nordestinas. A nomeação de Presidentes por parte do Imperador não agradou e refletia o autoritarismo que havia se instalado com o governo Imperial.

No dia 15 de abril de 1824 o tenente-coronel Pedro José da Costa Barros assume como presidente da província do Ceará, nomeado pelo Imperador. Logo ao assumir, mantém posição de afastamento a Paes de Andrade e ao pensamento rebelde que se fortalecia em Pernambuco. A posse de Costa Barros substituiu a Junta governativa de Pinheiro Landim. Pinheiro Landim e seus aliados vão para a Vila de Arronches (atual bairro da Parangaba), se organizando para a retomada do poder. Costa Barros, numa atitude conciliatória, convence pelo fim da organização e em 18 de abril nomeia Pereira Filgueiras como comandante de armas e “os revolucionários” voltam em paz para Fortaleza. No entanto, as forças rebeldes se reorganizam e vão para Aquiraz se aglutinar, marchando sobre Fortaleza, acampando antes em Messejana. Em 29 de abril de 1824 o presidente nomeado pelo imperador para governar o Ceará, tenente-coronel Pedro José da Costa Barros, é deposto. Assume novamente Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, seguindo a posição pernambucana de Paes de Andrade pela rebeldia em relação a postura centralizadora do Imperador e à Constituição de 1824. Pereira Filgueiras permanece como comandante das armas.

No dia 30 de abril Tristão Gonçalves envia um ofício a Paes Andrade, comunicando a união do Ceará ao movimento confederado e pedindo armamentos:

Está feita a nossa intima união, quer de reciprocidade de sentimentos quer de riscos, e de perigos; o Ceará não cede a Pernambuco em patriotismo, e zello da sua Liberdade: ambos são Províncias do Brazil cheias de gãs, e daquelles illustres caracteres que a natureza gravou nos Corações livres dos Brasileiros honrados. Do apelo junto verá VEx.^a os motivos q.' nos obrigarão a depor o Prizidente do Governo desta Provincia dentro de quatorze dias. O Snr' Pedro José da Costa Barros, em tão pequeno período de tempo tornou-se o alvo dos ressentimentos deste Povo briozo que ja não sofre os enganos e para melhor dizer o descaramento do Gabinete do Rio de Janeiro. Quis levar nos como escravos aos ferros do Despotismo e pretendeu que o Ceará negasse a Pernambuco aquelles indispensaveis socorros q' hú Irmão deve prestar a sei Irmão consternado [...] Roro p.^r tanto a VEx.^a queira repartir com nozco o armamento e petrechos de guerra que puder dispensar para cuja condução enviamos ao sarg.mor

Luis Rodrigues Chaves² a essa Província ou outro qualquer com a mais possível brevidade. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, 2004, p. 37, *ipsis litteris*).

Com o governo de Paes de Andrade no Pernambuco e de Tristão Gonçalves no Ceará, junto com outros governos provisórios em outras províncias, se chega ao ápice da Confederação do Equador. As ameaças de intervenção militar e os conflitos com monarquistas locais, faz com que esses líderes se armem e aumentem suas tropas para o eminente conflito com o governo central.

Em 02 de agosto de 1824 zarpu do Rio de Janeiro uma divisão naval sob o comando do Lord mercenário Cochrane, que levou 1.200 homens sob as ordens do brigadeiro Lima e Silva. Ancoraram na costa pernambucana em 18 de agosto e se juntaram a tropas pernambucanas conservadores de Barra Grande. Formou-se então o Exército Cooperador da Boa Ordem da Província de Pernambuco. Eles marcharam para Recife, destituíram Paes de Andrade e tomaram o poder em 12 de setembro de 1824, com muitas mortes no conflito.

Antes desse ataque a Pernambuco, em 26 de agosto, se proclama uma República no Ceará, que deveria ser governada por um Grande Conselho Provincial de 405 votantes³. Tristão Gonçalves é votado como Presidente dessa República e o Padre Mororó como secretário desse Conselho. Esse Conselho não teve tempo de se reunir e nada deliberou. Em 10 de outubro Filgueiras e 2.000 homens iniciam uma campanha pelos sertões da Paraíba para libertar Recife do jugo Imperial. Essa tropa foi bastante atacada pelos ‘corcundas’, que eram combatentes pela monarquia. Muitas deserções aconteceram e Filgueiras junto com os seus acabaram voltando para o Ceará, mais especificamente para a região sul da província. Em 17 de outubro Tristão Gonçalves vai para Aracati combater insurgentes monarquistas, deixando a administração de Fortaleza nas mãos do seu vice, José Félix de Azevedo. Tristão consegue vencer em Aracati, mas logo irrompe em Uruburetama outro movimento imperialista e o comandante interino das armas, Antônio Bezerra de Sousa Menezes, é enviado ao combate.

Nesse período em que Tristão, Filgueiras e Souza Menezes estão em campanhas militares contra insurgentes, o mercenário inglês Lord Cochrane chega em Fortaleza, em outubro, e exige o fim da ‘revolução’. Félix de Azevedo trai o movimento rebelde e aceita as

² Luís Rodrigues Chaves foi um emissário enviado pelos rebeldes cearenses a Pernambuco. Seguiu em maio para obter os armamentos, mas foi aprisionado na Paraíba, onde traiu o movimento e passou ao partido legalista (monarquistas) e retornou ao Ceará trabalhando na contrarrevolução (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, 2004, p. 149).

³ Farias (1997, p. 51) afirma que eram 445 pessoas integrantes do Grande Conselho Provincial.

ordens do Lord. Numa atitude simbólica, declara fidelidade a Dom Pedro I, e acaba ajudando inclusive na repressão dos confederados. Tristão Gonçalves ao saber da traição de seu vice e da presença do Lord Cochrane, vai para o sul do Ceará a fim de unir forças com Filgueiras. Ele, no entanto, é duramente combatido no caminho por ‘corcundas’ e é morto em Santa Rosa (atual Jaguaribara). Seu cadáver foi brutalmente mutilado em 31 de outubro de 1824, ato esse que dá fim simbólico e prático a Confederação do Equador no Ceará.

3 AÇÕES PÓS-CONFEDERAÇÃO

Félix de Azevedo fica no comando da província do Ceará até 17 de dezembro de 1824, quando assume novamente Costa Barros, esse que fica até 13 de janeiro de 1825, indo presidir a província no Maranhão, sempre sob a tutela do Imperador. Apesar desse curto período no Ceará, Costa Barros mostra que o poder imperial havia vencido e que sua posse isso representava.

Assume novamente Félix de Azevedo até fevereiro de 1826 e forma-se nesse período uma comissão militar, conhecida como “tribunal de sangue”. Tal comissão, comandada pelo novo comandante de armas Jacob Niemeyer, tinha o objetivo de aplicar penalidades aos líderes rebeldes. Em 25 de abril de 1825 a comissão condenou ao enforcamento os líderes⁴ da Confederação do Equador no Ceará. O mesmo aconteceu no Pernambuco, com o enforcamento, por exemplo, de Frei Caneca e muitos outros. Por ausência de carrascos no Ceará, os líderes acabaram sendo fuzilados no Campo de Pólvora, mais tarde conhecido como Praça dos Mártires e atual Passeio Público.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses movimentos liberais e republicanos que desembocaram na Confederação do Equador, podem ser vistos, também, como um movimento nativista, sendo nativistas contra lusitanos (FARIAS, 1997). Como é possível perceber nos trechos aqui citados de ofícios e cartas, os rebeldes temiam que houvesse uma transferência de um poder colonizador externo,

⁴ Foram condenados a morte os líderes Padre Mororó, Coronel Pessoa Anta, tenente-coronel Feliciano José da Silva Carapinima, o também tenente-coronel Miguel Pereira Ibiapina, o major Luís Inácio de Azevedo Bolão, o Frei Alexandre da Purificação, o tenente Antônio Bezerra de Sousa Menezes e José Ferreira de Menezes. Esses três últimos tiveram suas penas convertida em degredo no Amazonas, Sousa Menezes, antes, porém, cometeu suicídio. (FARIAS, 1997, p. 53).

para um poder centralizador interno influenciado por Portugal. Havia inclusive o temor de retorno ao processo de dependência. Além disso, as esperanças por mais liberdades foram frustradas com o fechamento da Assembleia Geral e posteriormente com a promulgação da centralizadora e déspota Constituição de 1824, que retirou até mesmo o poder de decisão das províncias de escolherem seus Presidentes, entre outras medidas restritivas.

Uma reflexão importante, e muito válida em termos do pensamento político brasileiro, está relacionado ao fato de que no Brasil as forças econômicas tiveram que se unir e se aproximar do centro do poder, no caso, o Estado, mais especificamente o Governo Nacional. Com a vitória das forças do governo central, das forças imperiais, passa-se a configurar uma nova partilha de poderes. Os coronéis do sertão que antes dividiam seus poderes entre famílias, agora percebem a importância de se aliar ao Estado. Segundo Eymard Porto (apud FARIAS, 1997, p. 54)

O coronel que antes tinha como referencial quase absoluto para seus atos a tradição e seu latifúndio, é obrigado a levar cada vez mais em conta o Estado, como forma de angariar poder e prestígio, ou mesmo como único meio de sobreviver as perseguições de um coronel inimigo. Desta maneira, a percepção do poderio de um senhor de terra deixa de ser somente questão de família, ou entre famílias [...]. Portanto, os latifundiários, com exceções, tomaram definitivamente conhecimento da força e poderio do estado centralizado. Agora, não vão mais lutar abertamente contra tal centralização; procurarão, sim, cada vez mais ocupar os cargos públicos de mando, usando-os para aumentar sua influência e prestígio. É nesse espaço, aliás, que darão ênfase aos estudos dos filhos; os bacharéis, doutores e padres serão seus representantes diretos junto ao aparelho administrativo estatal.

Faoro (2001) analisa que foi comum essa característica de influência familiar no Estado Brasileiro. A luz dessa postura dos latifundiários pós-confederação, pode-se exemplificar a prevalência no país, de um governo central, que agrega as principais forças e por consequência as melhores mentes na administração pública. Ao se fortalecer, as instâncias estatais passam a ser alvo de influência daqueles que possuem propriedades e que querem benefícios, proteções econômicas e pessoais desse Estado. O poder central estatal se mostrou dominante e as elites econômicas passam a ter interesses de se aproximar e de se integrar a este poderoso estamento brasileiro que a tudo toca, que mantém a unidade nacional e que guia o desenvolvimento geral. A relação entre o *poder econômico-familiar-aristocrático* e *política-estamento* passa a ser uma marca, segundo Faoro (2001), da forma de se governar no Brasil. Forma de governo essa que se marcará pelos privilégios, pela centralização do poder, como uma força centrípeta vencedora, pelo autoritarismo, pelo patrimonialismo e por fim na desigualdade social brutal. A Confederação do Equador, a partir dessa análise, pode ser entendida como mais um exemplo

de manifestação de forças centrífugas, de descentralização do poder, regados por ideias liberais e republicanas, mas que acabou por sucumbir diante da força centralizadora nacional, como muitos outros movimentos do gênero.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. **A Confederação do Equador no Ceará: manuscritos**. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2004. v. 1.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 48, n. 2, p. 231-269. 2005.

FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FARIAS, Aírton de. **História do Ceará: dos índios a geração Cambeba**. Fortaleza: Tropical, 1997.